

Urge que o proletariado se prepare para combater o próximo movimento militar que desta vez quer ficar com os "despojos do poder"

Correm cada vez com maior in-
sistência boatos duma revolução
conservadora de carácter militar. E
têm fundamento esses boatos. Quem
seguir com atenção o que na Sala
do Risco se está passando não pode
deixar de concluir que o militarismo
prepara um golpe certo no regime.

Poucos nos importa a sorte que
está reservada aos políticos que, de-
vido aos seus erros e às suas mes-
quinhas maquinações, nos conduzi-
ram à beira do abismo que nos
espera. Importa-nos, sim, a sorte do
proletariado, a verdadeira vítima, a
única que paga, sofre e geme, quer
esteja A no poder, quer esteja B.

Desta vez o golpe que se prepara
não visa apenas as instituições cons-
titucionais.

Pretendem os militares derrubar-
las não pelo mal que elas vêm fa-
zendo ao país, mas para se apossa-
rem da situação a fim de exterminar
a classe operária porque é nela que
eles vêm o verdadeiro adversário.

Os outros aderem, o operariado
não adere, não transige, pretende
implantar um regime de amplas li-
berdades onde os caseiros habi-
tuados a mandar não se sentiriam
bem.

Os militaristas coadjuvados pela
maioria da grande imprensa prepa-
ram realmente o golpe. A sua atti-
tude arrogante, achincalhante para a
república provém da confiança que
eles têm na vitória. Enquanto os
abrilistas fazem, ajudados pelos pró-
prios julgadores, todos valores en-
tendidos, a propaganda da ditadura
militar, outros à sucupa preparam-na.

E como alguns reus têm o privilégio
de andar à solta, limitando-se a com-
parecer à chamada (quando compa-
recer), como bons burocratas que
assinam o livro do ponto, é natural
que eles dediquem também os seus
momentos de ócio à preparação do
pronunciamento que está na forja.

Temos na nossa mão um exemplar
dum manifesto que foi há poucos
dias enviado a todos os oficiais do
exército. É um verdadeiro incita-
mento à rebelião.

Vamos tornar público alguns tre-
chos desse manifesto, por sinal ma-
nifestamente mal redigido... Nêle
se fala muito na salvação da pátria
pelo exército, como se ele sobrecar-
regando inutilmente os orçamentos
do Estado e perturbando a ordem
com odiosas revoluções, não fosse
um dos factores mais importantes da
desmoralização e da ruína do país.

O exército e a Armada perante a
Nação.—Camaradas: Ninguem, dentro
e fora de Portugal, poderá com justiça acusar
o Exército de terra e mar de ter com
proleito seu tentado já mais imiscuir-se na vida
política da Nação.

Se por vezes, forças militares surgiram
na praça pública, em obediência ou contra
os governos legalmente constituídos, se
dessas intervenções resultaram conflitos
lamentáveis e sangrentos, sempre o Exer-
cito e a Armada, finda a luta e apenas gui-
dos pelo desejo ardente de bem servir à sua
Pátria, recolheram a quartéis sem levar con-
sigo os despojos do Poder!

Ora, o autor ou autores do ma-
nifesto esquecem-se de que estão sen-
do julgados neste momento os ofi-
ciais que pretenderam imiscuir-se na
vida da nação — e que em 18 de
Abril tinham a intenção de levar
consigo os "despojos do poder".

Realmente, parece que os "des-
pojos do poder" seduzem bastante
os militares conservadores que neste
momento preparam uma revolução
para salvar a pátria — para levarem
consigo os "despojos do poder".

A dada altura, depois de lamentar
a instabilidade política, o descalabro
da administração pública, a carestia,
os "déficits" (para os quais contribui
bastante o exército com o seu ex-
cesso de oficiais e a imobilização de
braços nas casernas), chora a ruína
do vasto império colonial, como se
não fosse ainda o exército quem
mais contribui para arruiná-lo e des-
moralizá-lo.

Depois diz algumas verdades, que
nós já aqui temos proclamado: a fa-
lência dos partidos políticos, dos
governos, do parlamento. E quem
há de pôr cõbo a todos estes ma-
les? Outro mal ainda pior: o exér-
cito.

Termina assim o manifesto, que
tem pretensões de vibrante e sincero:
Perante, pois, a falência do poder cons-
titucional perante a impotência e a inca-

cidade dos políticos, perante a atonia geral
de opinião e o desvairamento das facções,
ao exército só cumpre cerrar as suas filei-
ras, levantar energicamente a sua voz e di-
zer bem alto:

Não! Salve-se a Pátria!

O exército que vem sendo uma
inútil escola de ociosidade, que tem
fornecido à política alguns dos seus
homens mais venais, que serve de
guarda-costas às forças vivas que
exploram a nação, que nos países
em que intervém ditatorialmente só
tem servido para entronizar o assas-
sinato e coartar ao povo as liberda-
des mais rudimentares, o exército
quer salvar a pátria e meter isto na
ordem.

Com que moral, com que superi-
rior critério e inteligência, com que
nobreza de intenções? Com aque-
las que vem patenteando na Sala do
Risco? Com que homens? Com
aqueles que perante um tribunal se
ufanam de defender-se delatando,
comprometendo os possíveis ali-
ados, demonstrando que afinal o
exército é composto em grande par-
te por criaturas que se traem umas
às outras?

Ao povo compete acautelar-se,
e quanto antes. Uma instituição
mais perigosa, porque assenta no
princípio da violência, e mais re-
pugnante do que as que nos têm
governado, prepara-se para tomar o
poder de assalto.

As suas intenções estão bem pa-
tentes na folhinha volante que vem
correndo entre eles: não largarão os
"despojos do poder". No seu sim-
bolismo os "despojos do poder" são
para os futuros ditadores a larga
mesa do orçamento onde ainda não
se banquetearam à farta. Entendem
que chegou para eles a hora do
banquete. Que o operariado não
lhes sirva de prato de resistência!

Que o povo trabalhador saiba
estar a postos para defender-se das
ambições deste grupo insaciável que
em breve virá bater-se pelos "des-
pojos do poder" — como os chacha-
is que vêm de madrugada lutar pela
posse dos ossos que sobejaram
duma bacanal.

A postos proletários! Já vos co-
meram a carne, agora querem co-
mer-vos os ossos! A postos!

Concluindo:

Se outra simpatia não me merecesse
a Cooperativa, merecia-me o facto daqueles
homens serem lançados às feras se amanhã
não soubessem manter o seu empreendi-
mento.

Se não tenho dúvidas. Se falha a sua em-
presa são 50 homens que não encontrarão
quem lhe dê trabalho.

Se não tenho dúvidas. Se falha a sua em-
presa são 50 homens que não encontrarão
quem lhe dê trabalho.

Se não tenho dúvidas. Se falha a sua em-
presa são 50 homens que não encontrarão
quem lhe dê trabalho.

Se não tenho dúvidas. Se falha a sua em-
presa são 50 homens que não encontrarão
quem lhe dê trabalho.

Se não tenho dúvidas. Se falha a sua em-
presa são 50 homens que não encontrarão
quem lhe dê trabalho.

Se não tenho dúvidas. Se falha a sua em-
presa são 50 homens que não encontrarão
quem lhe dê trabalho.

Se não tenho dúvidas. Se falha a sua em-
presa são 50 homens que não encontrarão
quem lhe dê trabalho.

Se não tenho dúvidas. Se falha a sua em-
presa são 50 homens que não encontrarão
quem lhe dê trabalho.

Se não tenho dúvidas. Se falha a sua em-
presa são 50 homens que não encontrarão
quem lhe dê trabalho.

Se não tenho dúvidas. Se falha a sua em-
presa são 50 homens que não encontrarão
quem lhe dê trabalho.

Se não tenho dúvidas. Se falha a sua em-
presa são 50 homens que não encontrarão
quem lhe dê trabalho.

Se não tenho dúvidas. Se falha a sua em-
presa são 50 homens que não encontrarão
quem lhe dê trabalho.

Se não tenho dúvidas. Se falha a sua em-
presa são 50 homens que não encontrarão
quem lhe dê trabalho.

Se não tenho dúvidas. Se falha a sua em-
presa são 50 homens que não encontrarão
quem lhe dê trabalho.

Se não tenho dúvidas. Se falha a sua em-
presa são 50 homens que não encontrarão
quem lhe dê trabalho.

Se não tenho dúvidas. Se falha a sua em-
presa são 50 homens que não encontrarão
quem lhe dê trabalho.

Se não tenho dúvidas. Se falha a sua em-
presa são 50 homens que não encontrarão
quem lhe dê trabalho.

Se não tenho dúvidas. Se falha a sua em-
presa são 50 homens que não encontrarão
quem lhe dê trabalho.

Se não tenho dúvidas. Se falha a sua em-
presa são 50 homens que não encontrarão
quem lhe dê trabalho.

Várias opiniões acerca dos "taxis", todas unâ- nimes em condenar algumas atoardas que surgiram na imprensa

Os automóveis-taxis, que o público
conhece sob a designação de "taxis", de-
ram margem à fantasia de alguns jornais,
só porque apareceram cortados dois "pneus"
pertencentes a aqueles carros. E a fantasia foi
a tal ponto que o público chegou a acredi-
tar que seria perigoso viajar de automóvel,
quer ele fosse "taxi", quer não. Essa lenda
tinha que desfazer-se e disso nos encarre-
gamos hoje.

Para que tal se conseguisse era mister
ouvir algumas entidades envolvidas no
assunto, ou sejam os "chauffeurs" de praça,
cooperativistas e um proprietário de carros.
As opiniões colhidas pelo nosso redactor
vão reproduzidas o mais fielmente possível
para que o público em geral e o operariado
em especial se convença das atoardas espal-
hadas que só contribuíram para uma indis-
posição como vai ver-se:

Os "taxis" devem-se a uma louvável
Iniciativa, assevera um "chauffeur"
de praça

É o "chauffeur" de praça José de Sousa
o primeiro dos nossos entrevistados. É um
homem experimentado, quasi 20 anos de
serviço. Vem dos tempos em que os patrões
tratavam os "chauffeurs" por excelência,
segundo nos disse. Fala com desembaraço
e correcção.

Suas declarações:

— Não pode para mim ser mais simpática
a ideia dos "taxis". Ela veio trazer um im-
portante melhoramento que o público das
grandes cidades já goza.

— O "taxi" trouxe-vos alguns prejuízos?

— Não, senhor. Eu ainda não senti a sua
concorrência. O "taxi" está agora na mes-
ma situação que a "side-car" quando apre-
ceu. Toda a gente supunha que se utilizaria
desprezaria os automóveis para se utilizar
das "side-cars". Afinal estas conquistaram
um público e aqueles ficaram com o seu.

— Quisemos depois ouvir-lhe sobre os actos
de "sabotagem" a que a imprensa aludiu. Afir-
mações:

— Não acredito névica de que não passou
duma refinada mentira. Dos "pneus", em-
bora eles aparcessem cortados, não acredito
que fosse em consequência de algum
acto criminoso.

O nosso interlocutor tem uma breve
pausa, e depois explica-nos:

— Eu, que não sou dos mais leigos no
"metier", tenho encontrado cortados os
"pneus" do meu carro, por mais duma vez.
Quando examinei as suas causas encontro
logo esta explicação: Foi cortado pelas
agulhas dos "rails" dos eléctricos.

— Pode muito bem aceitar esta hipótese
porque é a mais verosímil. Nem mesmo
acredito que os meus colegas da praça fos-
sem capazes de cometer esse acto. Eles todos
vêm com bons olhos a Cooperativa. Pena
é que muitos ali não estejam...

— Há incompatibilidade entre chauffeurs.

— Posso garantir-lhe que não. O que há
já existia. Cada um procura as suas con-
veniências para viver melhor. Mas esse sen-
timento já existia quando nasceu a Coopera-
tiva, não foi por esta provocado.

Concluindo:

Se outra simpatia não me merecesse
a Cooperativa, merecia-me o facto daqueles
homens serem lançados às feras se amanhã
não soubessem manter o seu empreendi-
mento.

Se não tenho dúvidas. Se falha a sua em-
presa são 50 homens que não encontrarão
quem lhe dê trabalho.

Se não tenho dúvidas. Se falha a sua em-
presa são 50 homens que não encontrarão
quem lhe dê trabalho.

Se não tenho dúvidas. Se falha a sua em-
presa são 50 homens que não encontrarão
quem lhe dê trabalho.

Se não tenho dúvidas. Se falha a sua em-
presa são 50 homens que não encontrarão
quem lhe dê trabalho.

Se não tenho dúvidas. Se falha a sua em-
presa são 50 homens que não encontrarão
quem lhe dê trabalho.

Se não tenho dúvidas. Se falha a sua em-
presa são 50 homens que não encontrarão
quem lhe dê trabalho.

Se não tenho dúvidas. Se falha a sua em-
presa são 50 homens que não encontrarão
quem lhe dê trabalho.

Se não tenho dúvidas. Se falha a sua em-
presa são 50 homens que não encontrarão
quem lhe dê trabalho.

Se não tenho dúvidas. Se falha a sua em-
presa são 50 homens que não encontrarão
quem lhe dê trabalho.

Se não tenho dúvidas. Se falha a sua em-
presa são 50 homens que não encontrarão
quem lhe dê trabalho.

Se não tenho dúvidas. Se falha a sua em-
presa são 50 homens que não encontrarão
quem lhe dê trabalho.

Se não tenho dúvidas. Se falha a sua em-
presa são 50 homens que não encontrarão
quem lhe dê trabalho.

Se não tenho dúvidas. Se falha a sua em-
presa são 50 homens que não encontrarão
quem lhe dê trabalho.

Se não tenho dúvidas. Se falha a sua em-
presa são 50 homens que não encontrarão
quem lhe dê trabalho.

Se não tenho dúvidas. Se falha a sua em-
presa são 50 homens que não encontrarão
quem lhe dê trabalho.

Se não tenho dúvidas. Se falha a sua em-
presa são 50 homens que não encontrarão
quem lhe dê trabalho.

Se não tenho dúvidas. Se falha a sua em-
presa são 50 homens que não encontrarão
quem lhe dê trabalho.

Se não tenho dúvidas. Se falha a sua em-
presa são 50 homens que não encontrarão
quem lhe dê trabalho.

Se não tenho dúvidas. Se falha a sua em-
presa são 50 homens que não encontrarão
quem lhe dê trabalho.

dos fardamentos. Por esse motivo é um
belo elemento para o nosso inquérito.

— Por principio eu não sou contra os
"taxis". Eles são um melhoramento para o
público e como tal a minha inteligência
indica-me que os aceite.

— Tem sido prejudicado?

— Sim. Qualquer pessoa que necessite de
comprar um objecto vai onde ele for mais
económico. E o que sucede no nosso caso.
Freguês que possa ir até ao Lumiar por
20500 não paga o dobro ou o triplo, é in-
tuitivo. Mas esse inconveniente não me leva
a odiar os "taxis", muito pelo contrário.

— Mesmo que eu muitas noites não mate
o "borrego"—designação por que é conhe-
cida a não saída dum carro—nem por isso
deixarei de reconhecer a grande utilidade
dos "taxis".

— Que me diz dos actos de sabotagem?

— Não acredito neles. Qualquer golpe
produzido pelas agulhas dos rails dos
eléctricos, isto no que se refere aos pneus...

O nosso entrevistado fala agora com ca-
lor e vibração, por não concordar com o
silêncio dos cooperativistas. Diz ele:

— Os rapazes da Cooperativa já deviam
ter desmentido a atoarda. Assim evitariam
que o público se incompletibilizasse con-
sigo. Nós não fomos os culpados e os co-
operativistas, embora não fossem os au-
tores dessas notícias, não deviam permitir
que o representante dos Citroens fizesse o
seu jogo...

Falando sobre os fardamentos, diz-nos:

— Não concordo com os fatos que usam
os cooperativistas, pois para mim é um
passo dum fardamento contra o qual mu-
ltos dos "chauffeurs" que o envergam pro-
testaram em greve.

José Vilela refere-se agora à greve a que
Casimiro Manços já aludiu, e termina gra-
vemente:

— É bem feito aos proprietários o que
lhes está sucedendo. Só a sua ganância isto
se deve. Não podiam fazer carreiras a me-
nos de 4000 o quilómetro, mas agora con-
tentam-se com menos. Dessa sua atitude
tem resultado a nossa ao ponto de irmos
buscar ao preço das carreiras o que eles
nos roubam no ordenado. Nós não pode-
mos morrer de fome, nem nossos filhos e
mulheres.

— Para que se moralizasse esta vida, um
dia, na Associação de Classe, eu sugeri a
ideia, que foi aceite, de se reclamar aos pa-
trões que dividissem a cidade em zonas es-
tabelecendo-lhes os preços de zona, a exem-
plo do que sucede aos eléctricos. Por sua
vez, eles dar-nos-iam 600000 de ordenado,
sendo os "chauffeurs" rigorosamente puni-
dos se explorassem os fregueses. Não nos
atenderam. Ai têm agora o reverso da me-
dalha...

— Ainda não sofreu a concorrência dos "taxis",
garante um proprietário de carros

Faltava depor um proprietário de carros.
O acaso proporcionou-me ensejo. Foi o sr.
Francisco Evangelista. Fala com certo ca-
lor, num misto de discordância e de
aplauzo...

— Os "taxis" não me causaram prejuízos.
Tenho a mesma freguesia e faço as mesmas
saídas. O público dos "taxis" é um, do meu
carro é outro.

Esta afirmação foi produzida com vee-
mência. Compreendemos. Embora a Coopera-
tiva não lhe faça mal, preferia antes que
ela não existisse. E se dúvidas há aí
vai mais estoura afirmação:

— Não tenho sofrido com a concorrência,
o que não quer dizer que diminua o preço
de quilómetro. Não o faço por menos um
centavo. Não posso e não faço...

— Mesmo que na reunião de hoje dos pro-
prietários de automóveis me fosse imposta
essa condição eu não a respeitaria.

— Não posso e não faço...

A fechar

Quando tínhamos concluído o nosso in-
quérito deparou-se-nos uma criatura da
nossa confiança que nos perguntou:

— E para a Batalha os depoimentos que
acaba de colher?

Depois de respondermos afirmativamente,
o nosso informador diz-nos:

— Registe mais o seguinte. Os proprietá-
rios de automóveis vão reunir hoje para
discutir os "taxis". É ponto aceite que resolverão
mandar vir carros iguais aos da Coopera-
tiva para pregarem por terra com os "ta-
xis"...

Prometemos que só revelaríamos ao le-
itor que nos lê a informação, não vá ela
tornar-se pública...

A GUERRA DE MARROCOS

Um batalhão recusa-se
a seguir para Marrocos

Um dos batalhões do regimento de Granada,
composto de 900 homens, recusou-se a
marchar para Marrocos. Foi imediatamente
desarmado pela guarda civil e enviado sob
prisão para a "Yeguada" militar de Ecija.
Não houve derramamento de sangue.

Tudo o povo em voz baixa fala contra a
guerra. O Directório tem mobilizado inú-
meras forças que a imprensa não noticia
por estar amordaçada.

Muitos jovens que deviam incorporar-se
nas fileiras do exército este ano, têm desa-
parecido, de nada valendo a sugestão da
guarda civil a quem foi incumbida a distri-
buição de listas do recenseamento militar,
ao contrário dos mais anos cujo serviço
tem sido desempenhado pela guarda munici-
pal por ser um corpo sustentado pelo
"Ayuntamiento" e que tem mais afinidades
com o povo.

Sevilla, 10-9-1925.

GUANDIAZ

"A Batalha" averiguou ontem como a poli- cia da esquadra do Vale de Santo António agrediu a tiro um rapaz, causando-lhe a morte

Há dias publicamos nós, por informação
que recebemos dos hospitais, a lacónica no-
ticia de que ao Hospital do Desterro bai-
xara um homem, agredido a tiro pela poli-
cia, na Calçada dos Barbadinhos.

Anteontem, com o mesmo gélido laco-
nismo: o agredido pela policia na calçada
dos Barbadinhos faleceu.

E como, sem pedirmos vénia dos defen-
sores dos mercados de artigos avariados
e forjadores da participação na guerra, nos
permittedos ser humanos e não conceber a
facilidade com que se aniquila a vida do se-
melhante, quisemos conhecer de visu os
motivos fortes que teriam originado a agre-
são que deu a morte ao homem que a in-
formação lacónica envolveu.

Nesse intuito nos dirigimos ao teatro da
ocorrência, a ouvir algumas testemunhas
presenciais.

A calçada dos Barbadinhos é aquela arté-
ria ingreme que, principiando do lado di-
recto da fábrica de tabacos "Lisbonense", vai
até à Cruz dos Quatro Caminhos. De dia
quasi deserta. Os seus habitantes, na maior
parte trabalhadores das fábricas próximas,
é gente pacata. A noite, por este tempo de
calmaria, muitos deixam o interior dos seus
casabes sem condições higiénicas e sen-
tam-se às portas aspirando um pouco de ar
mais puro, enquanto a pequenada, ruidosa
e inocente, brinca. E foi à noite que se deu
a lamentável scena que poz um homem às
portas da morte.

Subimos e detemo-nos a meio da calçada,
um pouco acima da igreja. Entramos numa
mercearia e interrogamos o seu proprietá-
rio que, timidamente, se limita a dizer-nos
que nada presenciou, sabendo apenas que
António Ramos, a vítima, era bom rapaz,
trabalhador e obediente.

Nisto, alguém nos informa que a pessoa
que melhor nos informaria era a sr.ª Clara
de Jesus, locatária do n.º 91. Ali nos diri-
gimos. Batemos, e uma mulher dos seus qua-
renta e tal anos, tipo de provinciana, soli-
cita apparece-nos.

Perguntamos:—A sr.ª Clara de Jesus?

—Sou eu, sim senhor.

—A senhora assistiu à scena de tiros que
motivou a morte do seu vizinho António
Ramos?

—Eu lhe conto...

E a sr.ª Clara, no seu sotaque beirão,
clara e simples, descreve:

Eu estava na minha cosinha quando o
António me appareceu de súbito. Estranhei
por não ser costume; mas, a pesar de o
reconhecer um pouquinho embriagado, não
me assustei por o saber respeitador. Ele
rossegou-me dizendo que se refugiara da
policia que o correrá a ele a outras da porta
n.º 85, onde estavam entretidos conversan-
do e tocando guitarra.

—Dirigi-me à porta e vi de frente, especia-
do, o policia 712. O António que me se-
guira assomou. O policia então, com modos
bruscos, ordenou-lhe:—Mete-te já para
dentro. Ao que o rapaz retorquiu:—"Lá
está você a embriagar-se... Se você despi-
se a farda e largasse a pistola ainda poderia-
mos andar ao sóco, assim não..."

—Nesse caso...

—E que — atalha a nossa entrevistada —
parece que o policia já andava de rixa...

—Então, e depois?

—Depois, eu reparei que me cercavam a
casa; dois policia à paisana, de pistolas
engatilhadas, pelo lado do muro e dois far-
dados pela frente. O cabo 342, que estava
de serviço, ordenou que levassem o rapaz
à esquadra...

—Que esquadra?

—A do Vale de Santo António.

para os interesses da organização marítima
como da organização geral, restabelecer
por qualquer maneira os precisos laços
federativos entre os trabalhadores marí-
timos e destes para com os restantes tra-
balhadores;

que não basta, quer sob o ponto de
vista industrial, quer sob o ponto de vista
social, a situação caracteristicamente tran-
sitória da criação de organismos relaciona-
dores no Norte e no Sul;

que é útil, necessário e indispensável
effectuar uma Conferência Nacional dos
Sindicatos Marítimos e Fluviais discordantes
da attitud da Federação Marítima, em
que definitivamente sejam tomadas resolu-
ções que façam cessar de uma vez para
sempre tal conflito;

que se poderia aproveitar a oportunidade
da realização do Congresso Confederal—em
que tomam parte bastantes sindicatos marí-
timos—para effectuar a Conferência Nacio-
nal dos Sindicatos Marítimos e Fluviais
que discordam da attitud da Federação Ma-
rítima;

que a attitud irreductível, desleal e incor-
recta dos dirigentes da Federação Marí-
tima, dispostos a manterem-se em todos os
transes até mesmo em minoria, faz nascer
a ideia da possibilidade por parte dos Sin-
dicatos Marítimos que não aceitam tal atti-
tude, da criação dum novo sistema federati-
vo;

que para effectivar a previsão estabelecida
no considerando anterior, é mister que os
Sindicatos dêem os poderes convenientes
aos respectivos delegados à Conferência;

que para a realização da Conferência é
necessário criar desde já—dando-lhe a pre-

Tavares, José Francisco e Campos Costa, podem avaliar e sobre ela pronunciarem-se todos os Sindicatos interessados neste assunto;

que persiste por parte da Federação Marítima a resolução de elevar a cota federal, o que constitui um novo abuso inaceitável não só sob o ponto de vista material como sob o ponto de vista moral;

O sindicato... reunido em assembleia geral, aos... de 1925, resolve:

1.º Saudar todos os marítimos discordantes da atitude dos dirigentes da Federação Marítima.

2.º Sancionar a nomeação da Comissão de Relações dos Sindicatos Marítimos e Fluviais do Sul (discordantes da atitude da F. M.) eleccionada em reunião dos militantes dos Sindicatos Marítimos de Lisboa no dia 8 do corrente, a qual passará a ter características inter-sindicais.

3.º Dar o seu voto para a realização em Santarém, no dia 27 do corrente, da Conferência Nacional dos Sindicatos Marítimos e Fluviais que discordam da atitude da Federação Marítima e nomear o respectivo delegado ou delegados a essa conferência.

4.º Dar poderes ao delegado ou delegados, nomeados, para em última instância, constatar a existência e depois de verificada a impossibilidade de uma outra solução, e criar entre os organismos marítimos e fluviais de Portugal um novo organismo federativo.

5.º Considerar como razão básica para a efectivação da conclusão anterior, a modificação da atitude assumida pelos dirigentes da Federação Marítima até à realização da Conferência Nacional de Santarém e até que a mesma não seja constituída única e especificamente, por sindicatos de trabalhadores marítimos e fluviais, que só comportem assalariados e que não tenham interesses antagónicos.

6.º Contribuir, dentro das possibilidades financeiras, com uma cota parte das despesas a efectuar pela comissão de relações.

7.º Dar à comissão de relações a incumbência de realização de todos os trabalhos referentes aos assuntos que originam a presente moção.

8.º Suspender a cotização para a Federação Marítima, até que a cota federal baixe ao primitivo custo e ainda até que este conflito se resolva.

O proponente, A Comissão de Relações dos Sindicatos Marítimos e Fluviais do Sul (discordantes da atitude da F. M.).

Resta que os restantes organismos marítimos que não concordam com os actos arbitrários dos dirigentes da Federação Marítima, respondam com urgência à circular daquella comissão,—que é composta exclusivamente por marítimos que não obedecem a sugestões estranhas e só visam à defesa das classes marítimas contra os maus orientadores — e votem a moção recebida.

EM VILA FRANCA DE XIRA

BURLA GORADA

Do sr. António José de Abreu e Sousa, amantado da administração do concelho de Vila Franca de Xira, recebemos uma carta a propósito do local que, sob o título acima, em 13 do corrente publicámos.

Dessa carta recordamos o período que segue e que a esse senhor diz respeito:

«Recebi instrução do Delegado do Governo, por intermédio do meu colega, com quem esteve falando ao telefone, para dar ao dito Lourenço 100\$00, mediante um recibo em que este se considerasse conciliado com seu patrão. Como o homem não sabia escrever, fiz um rascunho para ele mandar fazer o recibo nesses termos, a fim de lhe dar essa importância, aparecendo-me no dia seguinte, dizendo-me que naquelas condições não recebia o dinheiro, pelo que lhe disse, aguardasse a vinda do Delegado do Governo. Eis pois, senhor director, o que se passou.»

Não duvidamos que as cousas assim se tivessem passado, pelo que não hesitamos em considerar o sr. Abreu e Sousa, ilibado de qualquer complicitade.

Quanto ao resto da notícia, que o sr. Abreu e Sousa também pretende desmentir, achamos que os argumentos que aduz não acham de forma alguma a sua falsidade, vindo a sua carta confirmar o que dissemos—o intuito da parte do proprietário André Lamas de pagar com uma miséria quantia os salários e os tratamentos dum trabalhador que se feriu ao seu serviço, impossibilitando-se para o trabalho durante muitas semanas.

O nosso folhetim

Em virtude da absoluta falta de espaço somos forçados a retirar hoje o nosso interessante folhetim, bem como vários artigos e notícias, do que pedimos desculpa aos nossos leitores.

As três Internacionais Sindicais

Amsterdão, Moscú, Berlim

Por estes dias a secção editorial de A Batalha porá à venda um folheto tratando da momentosa questão das Internacionais Sindicais. É seu autor Schapiro, que trata o assunto com profundo conhecimento e devidamente documentado.

Aqueles a quem o apaixonado assunto não devem deixar de adquirir este trabalho.

Trata-se dum folheto de 36 páginas e será vendido ao preço de 1\$00. Pedidos à administração de A Batalha, pelo correio 1\$30.

TIVOLI

TEL. N. 5474

A comédia sentimental em 5 actos

A PORTA FECHADA

Por FRANK MAYO

OS PESCADORES DE CAP COD

Adaptação cinematográfica do romance de Sarah M. Lee Green. — Senas da vida dos pescadores da Nova Inglaterra. — Naufrágios. — Heroísmo e abnegação dos humildes baleeiros. — Magnifica interpretação de

BARBARA BEDFORD

Frank Keenan e Robert Foster

UMA CINÉ-COMÉDIA

Uma revista cinematográfica

HOJE—Matinée às 3 horas

Prosseguiram ontem o julgamento dos abrilistas

Grande parte das testemunhas não sabia o que havia de dizer... estavam mal ensaiadas

Só ao meio dia e 20 minutos o presidente, sr. general Ilharco, declara reaberta a audiência. Continua a depor o sr. capitão Albuquerque, que é acareado com o sr. capitão Jaime Baptista acerca de um recado que um soldado clarim da guarda republicana lhe foi levar. A acareação nada adianta, mantendo cada oficial as suas primitivas declarações.

São a seguir acareados os srs. tenente Jorge Botelho Moniz e alferes Romão com o sr. capitão Albuquerque acerca da ordem que este deu ao alferes Sousa de pelo telefone informar o comando do seu encontro com o grupo a cavalo.

O auditor:

—Sabe a que telefone falou o alferes Sousa?

—Constou-me depois que falou num pátio que ali havia perto...

—Afirmando-se no tribunal que o sr. capitão Albuquerque pedira ao sr. Romão ou Botelho Moniz que dissessem ao alferes Sousa que telefonasse.

O sr. capitão Albuquerque diz:

—É falso.

O sr. Botelho Moniz invoca o testemunho do sr. tenente Castelo Branco, subalterno do sr. capitão Albuquerque, mantendo as primitivas declarações. O sr. alferes Romão relata minuciosamente o encontro do esquadrão com o grupo a cavalo, negando que o sr. capitão Albuquerque tivesse dado qualquer ordem ao alferes Sousa.

Cada um dos acareados mantém a primitiva declaração. Todos dão a sua palavra de honra que estão a dizer verdades.

O sr. major Crespo só pode fazer referências ao ponto concreto a que se referiu nos autos. Na ocasião do movimento comandado o batalhão de infantaria 2.º Só sabe que na véspera do movimento faltavam no quartel dois oficiais que agora aqui estão sentados no banco dos acusados. Repele a afirmação feita no tribunal de que o batalhão estava todo comprometido, pelo menos moralmente, no movimento. Não é verdade. Nunca entrou em movimentos revolucionários, nem a sua unidade tinha tomado qualquer compromisso.

O sr. Tamagnini Barbosa aproveita a ocasião para bordar considerações despietadas para a imprensa, dizendo que ela pretende dividir o exército.

O sr. capitão Santos Lara, da G. N. R., não teve nenhuma intervenção nos acontecimentos. Não sabe mais nada. O sr. Cunha Leal diz que, estando hóspede do governo português no quartel do Carmo, sabe que foi ali adido militar informar o governo de que os dirigentes do movimento se queriam entregar à prisão.

O sr. alferes Manuel Matos, do quadro auxiliar de artilharia, estava em Queluz e nada sabe do movimento.

O 1.º cabo do B. S. C. F. Inácio Fernandes fez parte das forças revolucionárias. Alega ter cumprido ordens superiores. O 2.º sargento Urbano Martins também não sabe nada do movimento. Era vagabundo. Acompanhou o rancho à Rotunda e ajudou a distribuí-lo. É tudo. O sargento Fábio não acompanhou as forças revoltadas do Batalhão de Caminhos de Ferro para a Rotunda porque o não mandaram.

O sr. Cunha Leal:

—Do quartel fizeram fôgo?

—Fizeram algumas praças.

—Porquê?

—Porque alguns civis dispararam para lá. Depois a seguir o 1.º cabo ferrador Oliveira que se limita a dizer que não foi para a Rotunda porque o não mandaram.

Desfila agora perante o tribunal uma série de testemunhas que nada adianta. São os aprendizes de música da banda de sapadores, João Cigarra Carraça, Filipe Nery Brito, Alvaro João Duarte, e o 1.º cabo militante Azeredo. Todos se limitam a dizer terem tomado parte na defesa do quartel. Vem a seguir o soldado João Pires.

O sr. promotor:

—Diga-me o que sabe.

—Não sei nada.

—Então porque vem aqui como testemunha?

—Não sei.

—Outra testemunha, o soldado Franklin Figueira.

—Diga o que sabe.

—Não sei nada.

E assim vão *prestando declarações* os soldados José Fernandes, Anselmo Duarte Figueiredo, Jaime Alves e António dos Santos.

A's 15 horas menos vinte minutos foi interrompida a audiência.

Os últimos atentados

Um protesto do Sindicato Unico Metalúrgico

Em sua reunião a comissão administrativa do Sindicato U. Metalúrgico, apreciando a local publicada no *Diário de Notícias* sob a epígrafe «A nova Legião Vermelha», repudia a baixa insinuação a este Sindicato feita, que atesta a tacahez do espírito policioesque que caracteriza semelhante publicação.

Nunca no Sindicato Metalúrgico se tramaram rédes perigosas, fosse a quem fosse, como insinua o referido jornal, pois que tal não está na sua elevada missão.

Prestando o referido jornal, ao serviço da polícia, e que a tão baixo desce nos seus processos de *chantage*, lançar o odioso sobre nós para assim se justificarem mais perseguições, mas de nada servirá a sua perspicácia, pois que no *bluff* da «Legião Vermelha» se de rédes perigosas, o próprio jornal, se merece tal nome, demonstra a sua má intenção, não fazendo uma afirmação categórica.—A Comissão Administrativa.

AGREMAÇÕES VARIAS

Liga dos Direitos do Homem.—Na última reunião do directório foi lida uma carta da sr.ª D. Angélica Pôrto, presidente da secção de moral do Conselho Nacional das Mulheres Portuguesas, felicitando a Liga por esta se ir ocupar do problema da prostituição.

A Companhia das Lezírias, senhora absoluta protegida pelos governos, dispõe da vida e haveres dos seus trabalhadores e rendeiros fazendo da fértil Samora uma terra de fome

Ainda não há muito tempo que um dos directores da Companhia das Lezírias, o sr. Madal Lopes Monteiro, afirmava a uns rurais que lhe pediam serviço que:

—«A Companhia não tem obrigação de dar trabalho a ninguém».

Vejamos:

A Companhia das Lezírias tem obrigação restrita de dar trabalho a toda a população de Samora Correia, segundo as suas aptidões.

Ainda que pareça um tanto arriscada esta afirmação ela é absolutamente verdadeira.

A Companhia das Lezírias do Tejo e Sado apoderou-se dos terrenos desta região para os cultivar, valorizar e enriquecer. E como é que pensava conseguir a cultura destes terrenos? Entregando-os aos braços vigorosos desta gente a quem os terrenos legitimamente pertencem e que, por um falso preconceito e por uma falsa concepção do direito de propriedade, ainda consente que tais terrenos se conservem na posse de um potentado que nada tem feito nem tenta fazer para desenvolver a riqueza da região; mas, inimiga como é do progresso e do bem estar alheio, e sobretudo desta gente que a Companhia reduziu à condição miserável em que se encontra, tratou de arrendar os seus terrenos a outros lavradores que, por sua vez também precisam de braços para os seus trabalhos agrícolas.

É at muito discutível se a Companhia poderia ter arrendado terras a alguém. Nós pensamos que a faculdade que a Companhia se arroga de poder arrendar as suas terras, deixando de as agricultar por administração directa é uma traição ao fim para que tal Companhia se instituiu.

A Companhia—formada para intensificar a lavoura em terrenos julgados excessivos para os braços das populações adjacentes, pensou certamente que, mais ou menos, não tinha possibilidade de ter os seus terrenos todos devidamente aproveitados; e, se tal não conseguisse nem tenta conseguir, a Companhia só tinha um caminho de harmonia com o direito actual e com o espírito que ditou a sua formação: vendê-los em pequenos globos a quem os quizesse agricultar, ou entregá-los ao Estado para que este os dividisse como entendesse. Mas a Companhia preferiu tornar-se uma entidade parasitária, vivendo do suor e do esforço alheio, limitando-se a vexar os rendeiros e com o mais soberano desdém e a explorar as suas matas que é o que se chama legitimamente: colher sem semear.

Ora nós julgamos que quem não semeia não tem o direito de colher; por isso a Companhia vive dum torpe exploração: dos braços dos trabalhadores que a enriquecem mais e mais, e a quem ela dá trabalho quando muito bem lhe aprez, e sempre com o ar de quem faz uma esmola e dos seus rendeiros a quem suga desalmadamente, sendo do mais descarado desleixo no cumprimento dos deveres que contraiu, como senhorio, como seja o da limpeza de valas, construção de diques e mouchões, etc.

E bastavam-lhe estas poucas obrigações para a Companhia ter de empregar dez vezes os trabalhadores que actualmente precisa dos seus trabalhos; por isso a Companhia tem obrigação de dar trabalho a esses homens, visto que tal trabalho é uma necessidade que a sua qualidade de senhorio impõe.

Mas há mais:

Todos os rurais de Samora Correia, corticeiros, valadores, mutaneiros, facheiros, madeireiros, são obra exclusiva da Companhia; foi ela quem os criou em épocas de apertos de trabalho. E, se foi a Companhia quem os criou, quem os tornou aptos para um certo e determinado mister, só ela é que tem o dever moral de os manter, demonstrando como está que todos esses homens, por muito que trabalhem, nunca poderão realizar o trabalho de que a Companhia precisa para a sua regular exploração.

Pode ser que a Companhia das Lezírias, vendo as coisas por um prisma muito diferente, entenda que não precisa de empregar tanta gente nos seus trabalhos. Sendo assim, e tendo sido ela que criou esses trabalhadores, especializados em certos ramos de serviço, ela tem obrigação de lhes facultar terrenos onde eles possam semear quaisquer géneros de que se alimentem, porque o direito à vida é sacrosantíssimo.

Por isso repetimos a nossa asserção do princípio:

A Companhia das Lezírias é obrigada a dar trabalho a quem lhe peça, mais especialmente aos trabalhadores que nasceram dentro dos seus domínios e a quem ela considera como uma coisa sua.

Ela, apoderando-se-lhes dos terrenos, tirou-lhes as possibilidades de viver. Educando-os numa certa e determinada espécie de trabalho e faltando-lhes com ele conscientemente, comete um crime que as justas deviam poder punir inexoravelmente.

Daqui não há que fugir.

O sr. Madal Monteiro não pode afirmar a barbaridade com que quiz há tempos calar a voz da justiça dos seus trabalhadores.

No caso presente, que é o mais flagrante, trata-se de valadores; e a Companhia sómente poderia licitamente recusar trabalho de valagem aos seus homens no dia em que demonstrasse que tinha as suas valas convenientemente desobstruídas, os seus córregos e valados levantados devidamente; mas a Companhia tem tudo desmantelado, só se resolvendo a fazer o que humanamente não pode deixar de fazer; e, para isso, ainda é preciso que os lavradores rendeiros se cansem com reclamações à direcção.

A Companhia não costuma encetar trabalhos que lhe não interessem imediata e directamente. Bem sabe ela que os tra-

balhos de valagem interessando directamente os seus rendeiros, concorrem também para o seu próprio interesse; mas isso pouco cuidado lhe dá. Ela, da mesma forma que escarnece e humilha os seus trabalhadores, da mesma forma humilha e escarnece os seus rendeiros.

E querem vêr como o potentado procede? A delicadeza com que trata aqueles que lhe encham os cofres de dinheiro, venha ele de onde vier?

Ao fazer os arrendamentos exige um fiador que lhe dê segura garantia do pagamento das rendas; pois, a-pesar disso, na ocasião das debulhas, coloca em cada eira uma espécie de fiscal-esbirro que vai tomando nota dos sacos medidos e respectivo peso, para que nem um grão possa ser desviado dos celeiros do potentado, onde todos os géneros têm de recolher.

A produção pode ser, por exemplo, de doze moios e a venda de dois moios apenas. A Companhia exige a entrada dos doze moios de trigo nos seus celeiros e apenas consente o levantamento do trigo bastante para as sementes. E, se presente que o trigo vai subir de preço, apressa-se a pagá-lo a dinheiro, pelo preço que muito bem estando. Pelo contrário, como agora se está dando, se presente que o trigo diminuirá de valor, faz saber, pelos seus arautos, que já não recebe mais trigo e exige dos rendeiros o pagamento a dinheiro, segundo a tabela oficial. Em tudo a negociação, em tudo a traficância.

E por todos estes factos que a Companhia tornou um potentado odiado para todos—para os trabalhadores rurais, para os operários das suas oficinas, como para os rendeiros desde os mais humildes aos mais poderosos.

E por que é que a Companhia disfruta uma situação de favor junto dos governos da República?

Até há pouco, era porque tinha no ministério da Agricultura um dos seus magnatas; hoje, porque será?

Ainda havemos de abordar este assunto. Até lá convença-se a Companhia de que, tendo tanto serviço para fazer, procede criminosamente mantendo inactivos tantos braços, e sem pão tantas famílias.

Serra FRAZÃO

As câmaras municipais...

A população da Cazimbra não tem água para o consumo!

CAZIMBRA, 12.—A população desta vila corre um sério perigo. Devido ao desprezo da Câmara Municipal, a Central de Águas que abastecia a população do precioso líquido não funciona. Razões: A água era extraída por uma bomba que a levava aos depósitos, e que era movida a vapor. A Câmara em virtude do encarecimento das lenhas comprou um motor a óleos pesados para o efeito.

No dia 6 um tampo do motor abriu uma fenda, motivando o não funcionamento da bomba. No dia seguinte a água faltou. Um outro tampo sobreleste encontrava-se na oficina do sr. Brandão em reparações.

Como a Câmara lhe deve 6.000\$00 o seu proprietário não se dispôs a trabalhar de graça e não se apressa a concertar o tampo. Diz-se que o culpado deste estado de coisas é o vereador do pelouro dos incêndios Manuel José, que é simultaneamente administrador daquela central.

Este estado de coisas já se arrasta há muito tempo e é conveniente que se lhe dê pronto remédio. Nos últimos dias o povo protestou ruidosamente contra a falta de água, e oxalá que os protestos não atinjam maior volume.—C.

Queda desastrosa

No posto da Cruz Vermelha, do Calvário, foi pensado recolhendo a casa, Manuel Fernandes de Almeida, de 42 anos, natural de Goes, trabalhador da Câmara Municipal de Lisboa, residente na rua Arco da Graça, 73, 4.º, que caiu de um camião na rua Frazão da Silveira, ficando muito ferido na cabeça e rosto.

INSTRUÇÃO

Um protesto da Escola Comercial de «Veiga Beirão»

A direcção da Associação Escolar dos Alunos desta Escola, fez ontem entrega ao ministro da Instrução dum representação protestando contra a cecidade dum aula da mesma Escola, à Associação de Beneficência de São Cristóvam e São Lourenço, não podendo por esse motivo matricular-se 150 indivíduos.

Reina grande descontentamento na academia daquela Escola pela pouca atenção que o governo presta ao ensino técnico.

O ministro da Instrução prometeu solucionar o assunto, visitando para isso o edifício onde a Escola Comercial de «Veiga Beirão» tem a sua sede.

As organizações católicas perderam 5.000 membros

Segundo um relatório do Departamento do Trabalho do Canadá as organizações nacionalistas católicas perderam este ano 5.000 membros. Estes organismos tinham 25.000 aderentes em 1924.

A força das organizações católicas é principalmente em Quebec, onde existem os mais baixos salários de todo o Canadá.

PERSEGUIÇÕES DESPORTOS

FUTEBOL

Para a disputa dum artístico bronze, realizou-se no passado domingo um desafio entre o Matadouro Futebol Clube e um grupo representativo da Sociedade dos Calceiros Municipais, saindo vencedor este último por 3-1.

CICLISMO

VI Pôrto-Lisboa

A medida que se aproxima o dia 27, data marcada para a realização da grande prova nacional Pôrto-Lisboa aumenta o entusiasmo nas localidades por onde os concorrentes deverão passar.

Mais quatro controles acabam de se organizar, a saber:

Mealhada: Presidente Carlos Mega, vogais, Júlio Duarte, Benjamin Fidalgo, António Coimbra, Henrique Pinho e Júlio Jorge.

Fiscals: Carlos Coleta, Reinaldo Mega, Joaquim Braz Filipe e Alberto Clemente.

Serviços médicos: Dr. Américo Pais do Couto. **Ambulância:** Arménico Simões e Laurindo Flores.

Torres Vedras: Presidente, António José Rodrigues; vogais, João Mata Esteveira, João dos Santos Ferreira e João Henrique dos Santos Júnior; Fiscalização, a cargo do Sport União Torrense.

Caldas da Rainha: Presidente João Elias, vogais António Laureano, Avelino Barbosa e Heitor Serafim; Serviços médicos Dr. Francisco de Avelar; Serviços de Pronto Socorro a cargo dos Bombeiros das Caldas da Rainha e Fiscalização a cargo do Caldas Sport Club.

Leiria: Presidente, Luís Brandão Ferreira de Melo, vogais João Inácio Pereira, Humberto Guerreiro, Eduardo Henriques Brito e Alfredo de Andrade; Fiscalização a cargo de dedicados sócios do Leiria Gimnástico e Ginástico Sportivo Lz. Serviços farmacêuticos, Carlos Júlio Moreira.

A inscrição para os corredores continua aberta na sede da U. V. P. e em todos os controles obrigatórios e Pôrto até ao dia 20 do corrente às 23 horas.

TENNIS

Nos dias 17 a 23 do corrente realizam-se vários torneios de «tennis» no Sporting Club de Cascais.

Agradecemos o convite que nos foi dirigido.

A solidariedade faz desaparecer o ódio de raças

A-pesar da obra dos rabiscadores da imprensa capitalista, os trabalhadores japoneses e canadianos deram a prova do que pode a solidariedade operária, formando juntos um comité para recolher fundos para os mineiros grevistas da Nova Escócia.

Comissões de mulheres de ambas as raças saíram juntas a pedir pela rua, e conseguiram arranjar 1.319 dólares num só dia, tendo sido os japoneses os maiores contribuintes.

Kropotkine

Por absoluta falta de espaço, privamos hoje os nossos presados leitores da biografia desta fulgurante figura do movimento libertário.

Queixas e reclamações

Clamando justiça

Escreve-nos o recluso Aionio Henriques Leite de Sousa que se encontra na enfermaria do Limoeiro, contando-nos a sua odisséia que vem desde a prisão efectuada no princípio de 1923 pelo crime de burla—que diz ser menos verdadeiro—até à condenação em 9 anos no julgamento que se efectuou em 16 de Maio de 1924.

O reclamante protesta contra a decisão do tribunal, pois afirma estar inocente e conhecer quem foram os autores do delito por que foi condenado. Suplica-nos para, por nosso intermédio, fazer chegar ao conhecimento dos magistrados a sua desdita. Aí fica o seu desejo.

Protestando contra uma injustiça

Procurou-nos o operário metalúrgico José António Pedro que nos contou o seguinte: Ele e António Coimbra foram há tempos admitidos ao serviço da Companhia Portuguesa de Pesca. Há dias, estando os dois a trabalhar a bordo do barco de pesca «Alcatraz» na colocação dum pesada peça de ferro, esta, em virtude do seu demasiado peso caiu ao mar, quasi que arrastando na sua queda o Coimbra. Foram, como é natural, reprimidos, embora não fossem responsáveis do sucedido. Quando tudo parecia passado e sem qualquer explicação foram despedidos daquela casa, gesto que consideram injusto e contra o qual lavram o seu protesto.

DENTES ARTIFICIAIS

25\$00. Extracções sem dor a 1\$500. Concertam-se dentaduras em 4 horas a 20\$00. Dentaduras completas sem placa em «cauchiu». Consultas das 11 da manhã às 8 da tarde.

MARIO MACHADO

R. Garrett, 74, 1.º (Chiado)

ACREDITA:

A traqueia, a tuberculose, a anemia, o excesso de fadiga, o enfraquecimento orgânico só têm um inimigo poderoso

NUCLEO CALCINA

TÔNICO ENERGICO E SCIENTIFICO

Usado pessoalmente pelos nossos primeiros médicos

Superior a todas as imitações nacionais e estrangeiras

LABORATÓRIOS DO FARMACIO SOROSIM? Preço dos Restituidores. 1\$ LISBOA

LER E ASSINAR

Os Mistérios do Povo

Benavila

Uma parada reaccionária

BENAVILA, 13.—Vai realizar-se por estes dias mais uma procissão na qual certamente não deixará de incorporar-se o delegado do governo que costuma abrir a palhçada. Não faltará igualmente a G. N. R. com as suas proverbiais faixas a quemouse protestar contra este atentado ao sentimento liberal de parte do povo que não comunga nessa fantochada.

Será um dia em que a exploração do povo que já cantam a imbecilidade da narada.

‘A Batalha’ na provincia e arradoras

Benavila

Conferência Nacional dos Trabalhadores Têxteis

(Projecto de estatutos da Federação dos Operários da Indústria Têxtil em Portugal)

A Batalha prossegue hoje a publicação dos trabalhos a discutir na Conferência Nacional dos Trabalhadores Têxteis que se realiza em Santarém nos dias 21 e 22 do corrente. Ao contrário do que referimos ontem esta Conferência é constitutiva da Federação Nacional dos Trabalhadores Têxteis, cujo estatuto a seguir inserimos.

Preambulo

Caros camaradas: No cumprimento dum mandato da Secção de Federações da C. G. T. vimos apresentar-vos o projecto dos Estatutos da Federação dos Operários da Indústria Têxtil.

Como é do vosso conhecimento, não é isoladamente que se pode conquistar o bem estar económico a que todos os operários têm jus, motivo porque há a necessidade imperiosa de constituir as Federações de Indústria naquelas classes que ainda as não possuem.

Assim como se concentram os capitais, as máquinas, as fábricas devem concentrar-se todos os operários para num esforço comum conquistarem o que isoladamente não conseguem, já pela pouca coesão e energia, já pela acção desenvolvida pelo capitalismo inimigo de todos os que trabalham.

Por consequência deste facto, devem todos os sindicatos opor uma barreira forte aos seus exploradores, constituindo a sua Federação de Indústria e emprestar-lhe toda a força que a mesma necessita para levar a fim a sua missão.

Sem esforço e tenacidade nada se conquista, demais no momento angustioso que todas as classes atravessam, mercê do egoísmo dos potentados da terra e da inépcia dos trabalhadores.

Não devemos continuar dispersos sob pena de perdemos as poucas regalias que temos conquistado a custo de multissimos esforços, e para que tal não suceda, é imperiosa a necessidade da constituição da Federação, para que a mesma como central da organização sindical da Indústria leve a bom cabo as aspirações dos operários da Indústria Têxtil.

A Comissão

Estatutos da Federação dos Operários da Indústria Têxtil em Portugal

CAPITULO I

Dos objectivos

Artigo 1.º A Federação dos Operários da Indústria Têxtil em Portugal constitui-se, com os seguintes objectivos:

1.º O agrupamento, sob a base federativa autónoma, de todos os trabalhadores assalariados da indústria no país, para a defesa dos seus interesses económicos, sociais e profissionais, pela elevação constante da sua situação moral, material, física e técnica;

2.º Desenvolver, fora de toda a escola política ou doutrina religiosa, a capacidade do operário da indústria para a luta pelo desaparecimento do salariado e patronato, e posse de todos os meios de produção;

3.º Manter as mais estreitas relações de solidariedade com a organização operária do país, aderindo à C. G. T., e, por intermédio desta, com o proletariado dos outros países, para uma comum intelligenciação, que conduza os trabalhadores de todo o mundo, a sua emancipação integral da tutela opressora e exploradora do capitalismo.

CAPITULO II

Da constituição

Art. 2.º A Federação é constituída pelos sindicatos, secções federais e núcleos dos operários da indústria têxtil, qualquer que seja a sua especialidade profissional.

Art. 3.º Para aderirem à Federação os sindicatos, secções ou núcleos, têm que conformar-se com o exposto no capítulo anterior.

Art. 4.º Todo o sindicato que deseje federar-se, assim o deve participar à comissão administrativa por officio devidamente autenticado, no qual conste a data da sua fundação o dia em que a sua assembleia resolveu aderir à Federação, a sua população associativa, e a acção destes estatutos.

Art. 5.º A Federação assenta no principio de só aceitar e reconhecer um sindicato, secção federal ou núcleo em cada localidade.

CAPITULO III

Do Conselho Federal

Art. 6.º O Conselho Federal é constituído pelos delegados dos sindicatos, secções ou núcleos aderentes à federação.

Art. 7.º Cada sindicato, secção ou núcleo nomeará, em assembleia geral, 2 delegados, directos ou indirectos, ao Conselho Federal.

Art. 8.º Ao Conselho Federal compete:

1.º Executar as decisões dos congressos da indústria;

2.º Ocupar-se de todos os assuntos que interessam aos operários da indústria dum modo especial e a tudo que diga respeito à classe operária;

3.º Decidir sobre as propostas ou observações que sejam apresentadas por qualquer dos organismos aderentes, e a fazer representar a federação por meio de delegados sempre que o julgue necessários;

4.º Quando pela natureza ou condições da questão, submetida a sua resolução, o conselho entenda não dever pronunciar-se definitivamente, a mesma questão será submetida ao estudo dos organismos aderentes, que poderão comunicar por escrito o seu voto, quando não preferam tratá-lo no congresso imediato;

Art. 9.º Para melhor desempenho dos seus objectivos o conselho nomeará as comissões que julgue necessárias;

Art. 10.º O conselho reúne ordinariamente, duas vezes por mês, e extraordinariamente, sempre que seja convocada pela comissão administrativa. As decisões serão sempre válidas, com qualquer número de delegados presentes.

Art. 11.º Os trabalhos do conselho serão dirigidos por uma mesa composta por um presidente «ad-hoc» e dois secretários eleitos anualmente.

CAPITULO IV

Administração

Art. 12.º A gerência da Federação é encarregada a uma comissão administrativa, delegada do congresso e por ele eleita, que servirá de congresso a congresso, e será composta por cinco membros, sendo um secretário geral, um secretário adjunto, um

secretário administrativo, um tesoureiro e um vogal.

Art. 13.º O mandato de qualquer dos membros da comissão é revogável a todo o tempo pela maioria do conselho federal.

Art. 14.º A esta comissão compete, em geral, a administração económica da Federação, e a execução das decisões do conselho, e em especial, incumbem-lhe:

1.º Obter e prestar ao conselho todos os documentos e informações relativas aos objectivos da Federação;

2.º Formular e apresentar ao conselho um mapa da receita e despesa bem como um relatório anual financeiro da sua gerência;

3.º Resolver sobre todas as questões importantes dando conta ao Conselho Federal das suas resoluções;

Art. 15.º A comissão reunirá uma vez por semana.

Art. 16.º Todos os serviços prestados por qualquer comissão ou delegados, serão gratuitos, quando não tenham de perder trabalho; porém, os dias perdidos para esse fim serão pagos por igual salário aos que os comissionados auferem no exercício da sua profissão.

Os transportes e hospedagem ser-lhes-ão igualmente pagos.

Art. 17.º Em caso de demissão parcial de membros da comissão, ou de revogação do respectivo mandato, mesmo que essa demissão ou revogação compreenda a maioria dos restantes devem continuar no exercício das suas funções até decisão do Conselho, convocando-o imediatamente a reunir.

Art. 18.º Aos membros da Comissão Administrativa compete, especialmente:

Ao secretário geral: Convocar as reuniões ordinárias e extraordinárias do conselho, fazer a correspondência, relatar os trabalhos que forem apresentados ao conselho, e representar a Federação;

Ao secretário adjunto: Redigir as actas e os extractos das sessões da Comissão Administrativa;

Ao secretário administrativo: Fazer a escrita administrativa;

Ao tesoureiro: Ter sob a sua guarda os fundos e documentos de receita e despesa desde que tenham o visto do secretário geral, assinar os recibos de cotas e prestar contas de toda a gerência;

Art. 19.º A comissão administrativa é solidariamente responsável em todos os seus actos e por todos os valores pertencentes à Federação.

Art. 20.º A responsabilidade colectiva cessa quando apurada a responsabilidade individual.

CAPITULO V

Dos Congressos

Art. 21.º A Federação realizará os seus congressos ordinários de dois em dois anos, e extraordinários, sempre que a Federação a sua convocação seja forçada por questões graves e importantes e que a mesma se julga incompetente para resolver.

Art. 22.º Cada sindicato, secção ou núcleo far-se-á representar por um ou três delegados directos.

Art. 23.º Só será aceite a acumulação de mandatos para os sindicatos de fora do continente, devendo as delegações indirectas ser preenchidas por assalariados e sindicalizados da mesma indústria.

Art. 24.º Não serão aceites delegados que exerçam funções políticas de qualquer espécie e bem assim cargos de confiança de governo embora não políticos.

Art. 25.º As reuniões dos congressos realizar-se-ão nos dias que forem escolhidos pelo Conselho Federal e em localidades diferentes, devendo ser fixada a data com três meses de antecedência para os congressos ordinários.

Art. 26.º Logo que os congressos sejam convocados, cada organismo aderente poderá enviar à Federação qualquer questão por escrito que entenda dever tratar-se a fim de ser incluída na ordem dos trabalhos, a qual, assim como as questões a resolver ou teses a discutir, deverão ser distribuídas com a máxima antecedência aos organismos aderentes para os respectivos delegados as estudarem.

Art. 27.º As cotas para as despesas do congresso são fixadas pelo conselho federal.

Art. 28.º Em cada congresso será designado o local de imediato.

CAPITULO VI

Dos fundos

Art. 29.º Os fundos da Federação são constituídos pela cotização dos organismos seus aderentes à razão de 5 centavos por semana e por sindicato, e por qualquer outra importância proveniente de donativos, quotas, festas operárias, etc.

Art. 30.º Em caso de conflito grave, sendo os recursos da Federação insuficientes, a comissão administrativa estabelecerá uma cotização extraordinária mensal por sindicato. Esta decisão, porém, será sujeita a apreciação do conselho que poderá confirmar ou suspender.

Art. 31.º A Federação fornecerá aos respectivos organismos o selo-cota à razão de 20 centavos cada, por semana e sindicato.

CAPITULO VII

Disposições gerais

Art. 32.º Será considerado demissionário o membro do conselho federal que tenha quatro faltas consecutivas sem motivos justificados.

Art. 33.º Todo o organismo aderente que se recuse a prestar o seu concurso a execução de quaisquer trabalhos que a Federação promova em benefício do proletariado ou que esteja em mais de três meses de atraso de cotização, será suspenso de deixar sem resposta o convite para explicações ou o aviso para pagamento que lhes forem dirigidos.

Art. 34.º Fora do organismo social, nenhum membro da Federação poderá representar ou invocar a sua qualidade, sem que para tal tenha prévios poderes.

Art. 35.º Uma vez que qualquer membro do conselho seja investido dum mandato político ou de confiança do governo não poderá fazer parte do conselho federal.

Art. 36.º Os presentes estatutos só poderão ser alterados por um congresso.

Art. 37.º No caso de dissolução da Federação os seus haveres serão distribuídos proporcionalmente pelos organismos que a hajam constituído e que façam parte da Federação.

A RENOVACAO

VENDE-SE EM TODAS AS TABACARIAS

A Penitenciária de Coimbra

As infâmias que ali se praticam para com os desgraçados

O director, José Miranda, e seus esbirros — até esta data, julgaram-se em um palácio eucantado... onde tudo se podia fazer, sem transpirar. Mas sucede que agora, vão saindo, volta e meia, presos para a liberdade — que não podem deixar de lavar o seu protesto, chamando a atenção de quem de direito, para tantas infâmias que ali se adoptam para com os infelizes. E em face disto que nós clamamos para que se proceda a um rigoroso inquérito aos actos dos funcionários daquela Cadeia — mas que seja feito por gente escrupulosa — não mantendo ao serviço aqueles que por ventura tenham de ser sancionados.

Preciso referir-me a casos que ali se passaram em 11 de Abril de 1924, que pela sua extensão, que causa revolta, fica para ocasião mais oportuna, tratando por agora de casos mais recentes.

Em Loanda havia uma fortaleza, a que se dava o nome de São Pedro da Barra. Os presos condenados quando cometiam qualquer infracção eram para ali transportados, onde iam cumprir o castigo imposto, onde não podiam sequer respirar um pouco de ar, por ser debaixo do chão.

Quando foi para Governador da provincia de Angola, o Visconde de Pedralva, de uma visita que fez àquela masmorra ficou tão indignado e comovido que deu ordens terminantes, para que aquela fortaleza fosse imediatamente arrasada, o que se fez.

Comparemos agora a obra do Visconde de Pedralva com a do sr. José Miranda — director da Penitenciária de Coimbra.

Há naquela cadeia uns cubículos que começaram com a largura de 0,5, vão-se elevando até aproximadamente 0,50, espécie de ferro de engomar. Nestes cubículos, que não têm uma única fresta ou janela, é onde o sr. José Miranda dá ordem dos carceres — porque têm ali carceres a quem tem que obedecer — manda que sejam encarcerados os pobres desgraçados — isto pela falta mais insignificante; e depois de ali os fazer gemer o tempo que muito bem lhe parecer, são transportados para os baixos da cadeia, a que dão o nome interessante de subterrâneo.

Este subterrâneo é um lugar monstro onde só habitam ratos e bichos de toda a espécie, sendo ainda destinado a uma espécie de Morgue, para onde se atira com os desgraçados quando têm a infelicidade de desaparecer do número dos vivos.

Calculamos os leitores como saem dali os desgraçados para a terra da verdade, depois de 24 horas a servir de pasto de toda a qualidade de bichos e ratos!

Façam os leitores ideia! Pois é verdade, — é aqui neste lugar que são metidos os desgraçados — isto depois de bem sovados a cavalo marinho, a socos no peito e por todos os pontos do corpo, e ainda com o cano das pistolas «Savage». Estas torturas são aplicadas por casos que não têm importância, como vamos ver: Há ali um preso que é um pouco tarado — mas que não faz mal a uma mosca — tem as suas manias, mas só lhe dá para trabalhar. Este preso, volta e meia, é agarrado pelos guardas que de pistola em punho o levam para o ferro de engomar — onde o deixam depois de lhe porem o corpo negro como as coisas mais negras. Ainda há bem pouco tempo, este infeliz, que tem o n.º 216, sofreu tais torturas que nos parece um milagre, ainda ser vivo.

Também, ainda há pouco tempo, o preso n.º 212, um preso que tem sido exemplarmente comportado, pelo facto de não querer cortar o cabelo, visto faltar-lhe poucos dias para ser posto em liberdade, e que a lei lhe facultava deixar crescer o cabelo algum tempo antes de sair, julgamos que 40 ou 60 dias, pois, porque cometeu esta falta horrível, foi agarrado pelo carrasco Amaro Bento e outros guardas e metido, à força, no ferro de engomar, sendo pelo mesmo carrasco soado barbaramente, depois do que lhe foi cortado o cabelo e mandado fazer uma viagem ao celebre subterrâneo — tendo estado depois fechado na sua cela 30 e tal dias. Quando este preso foi presente a José Miranda, este disse-lhe:

— Está satisfeito? pois cale-se, muito caladinho, que fui eu que mandei.

Agora isto, há muitos outros casos, de que me occuparei oportunamente.

Disse, no meu ultimo artigo, que me havia de referir às chapas de ferro.

Comparando o arrastamento do Presidio de São Pedro da Barra em Loanda, quero dizer aos leitores, que José Miranda empregou parte dos 18 contos do orçamento do ministério da justiça, a comprar chapas de ferro para mandar chapear as portas das celas do celebre subterrâneo, para ali meter os presos quando cometam qualquer falta, as quais são comitadas em parte pela falta de educação dos empregados, que, em vez de manterem a disciplina, provocam o seu desrespeito.

São eles que o provocam para terem a ocasião de saciar os seus odios ferinos. Entre estes empregados há algumas excepções, mas infelizmente poucas. A alimentação dos presos tem ocasiões que se lhe não pode tocar e outras em que é muito regular, o que se deve em todo o caso a uma guarda de 1.º chefe da cozinha, o sr. Paiva, o qual tem essa consideração pelos desgraçados chegando-se às vezes a impor para que o rancho seja bom, porque por vontade de José Miranda eram todos ali mortos à fome, não obstante este cavalheiro, quando vai alguém estranho à cadeia, não se farta de lhes dizer: «V. ex.ª não calculam como eu trato os meus presos. Trato-os como meus filhos, estou em casa e a lembrar-me deles». Aqui têm leitores o fimismo e jesuitismo deste cavalheiro que se parece tanto... com o visconde de Pedralva.

Coimbra, 12-9-25.

Um leitor assíduo.

Edições SPARTACUS

O Amor e a Vida (contos), por Campos Lima. Preço 500.

A Crise Económica, seus aspectos essenciais, pelo engenheiro João Perpétuo da Cruz. Preço 250.

Três aspectos da Revolução Russa, por Emile Vandervelde. Preço 500.

A Revolução em Portugal, comunista? socialista? libertária? sindicalista? — Coligação das esquerdas — A transformação da República, por Campos Lima. Preço 600.

A venda em todas as livrarias e na administração de A Batalha. — (Desconto aos revendedores).

Aos nossos correspondentes e informadores

A fim de facilitar o serviço de redacção, convém que todos os nossos correspondentes, informadores, sindicatos, etc., aos dirigirem-nos os seus escritos atendam as normas seguintes:

— Escrever dum só lado do papel;

— Não fazer uso de tinta vermelha;

— Deixar, entre as linhas escritas, espaço suficiente para qualquer emenda;

— Expôr com clareza os assuntos que se proponham tratar, deixando para a redacção os comentários que julgarmos convenientes.

— Aos comunicados dos sindicatos que não venham carimbados, às notícias dos correspondentes, queixas ou reclamações de particulares não assinadas, não se lhes dará publicidade. A redacção guardará o sigillo de nomes.

MARCO POSTAL

Garvão. — Joaquim António. — Recebemos 10500, sendo 15000 para o jornal e 5000 para a 7.ª série dos Mistérios do Povo. A assinatura paga até 30 do corrente.

Panoias. — João António Chaparro. — Recebemos 15500. Assinatura paga até 30 do corrente.

Pôrto. — Aristides Ribeiro. — Recebemos os 9800 de que fala na sua carta para a Renovação, tendo a mesma ficado paga até esta data.

Agenda de A BATALHA

CALENDARIO DE SETEMBRO

S.	1	2	3	4	5	6	7	8	9	10	11	12	13	14	15	16	17	18	19	20	21	22	23	24	25	26	27	28	29	30	31
S.																															
D.																															
S.																															
T.																															
Q.																															
Q.																															

MARES DE HOJE
Praiares 2,34 e 2,51
Baixamar 8,04 e 8,21

CAMBIO

Países	Compra	Venda
Sobre Londres, cheque	95800	96500
" Madrid cheque...	2586	
" Paris, cheque...	903,5	
" Suíça, cheque...	3583	
" Bruxelas cheque	387	
" New-York, cheque	19885	
" Amsterdão	7598	
" Itália, cheque...	382	
" Brasil, cheque...	2570	
" Praga, cheque...	559	
" Suécia, cheque...	5533	
" Austria, cheque	2580	
" Berlim, cheque	4572	

ESPECTACULOS

TEATROS

Bolshoia — A's 21,30 — O Leão da Estrela.
Epico — A's 21,15 — O Conde de Monte Cristo.
Epico — A's 20,45 e 22,45 — Frei Tomé ou o Mistério da rua Saravia de Carvalho.
Miserio Vitoria — A's 20,30 e 22,30 — Rastaplan.
Juvenia — A's 21,30 — Elmiras e A Cilada.
Miserio (a Graça) — A's 20 — Animadgrafo.
Frenchie Parque — Todas as noites — Concertos e li. vertes.

CINEMAS

Olimpia — Chado Terrace — Salão Central — Cinema
Condes — Salão Ideal — Salão Lisboa — Sociedade Pro.
motora de Educação Popular — Cine Paris — Cine Es.
crápica — Cinemas — Livoli — Tortoise.

Pedras para isqueiros

METAL ALBER, as melhores da
M. mudi. Um milheiro, 2490. Por
quitos, grandes descontos. Isqueiros
AUSTRIA e PORTUGAL, tubo lar-
go, do tipo «Nogueira», 2490. 2491.
Tubos fechados e abertos, tampões,
bicos, moias, rodas d'oca e massiças.
Pedidos ao unico representante em
Portugal, E. ESPINOSA, FILHO, —
Rua André e, 46, 2.º — LISBOA.

PEDRAS PARA ISQUEIROS

Metal Auer, assim como rodas d'oca e
massiças, tubos, moias, chaminés de 2 e
3 peças, tampões. Vendem-se no Largo
Conde Barão, n.º 55 e quiosque.
Dirigir pedidos a Francisco Pereira Lata
E.ª 55 e quiosque que tora-se em melhores con-
dições.

LIMAS NACIONAIS

Se a grande falta de propaganda tem
andado lugar a que
ainda hoje se con-
sumam em Portu-
gal limas estran-
geiras. Visto que
as limas marca
«Touro» da En-
presa de Limas
União Tente Feteira, Ltd., rivalizam em preço
e qualidade com as melhores limas do Mundo!
Experimente-as pois, as nossas limas que
encontram a venda em todos os bons estabe-
cimentos de ferragens do país.

UNIAO

MARCAS REGISTRADAS

União Tente Feteira, Ltd., rivalizam em preço
e qualidade com as melhores limas do Mundo!
Experimente-as pois, as nossas limas que
encontram a venda em todos os bons estabe-
cimentos de ferragens do país.

Do estatuto confederal

CAPITULO I

DOS OBJECTIVOS

Artigo 1.º — A Confederação Geral do Trabalho
constitui-se com os seguintes objectivos:

1.º O agrupamento, sob a base federativa aut-
noma, de todos os trabalhadores assalariados no país,
para a defesa dos seus interesses económicos, sociais
e profissionais, pela elevação constante da sua con-
dição moral, material e física;

2.º Desenvolver, fora de toda a escola política ou
doutrina religiosa, a capacidade do operário
organizado para a luta pelo desaparecimento do sa-
lariado e do patronato, e posse de todos os meios
de produção;

3.º Manter as mais estreitas relações de soli-
dariedade com as Centrais dos outros países, para a
ajuda mútua, numa comum intelligenciação, que
conduza os trabalhadores de todo o mundo à sua em-
ancipação integral da tutela opressora e exploradora
do capitalismo.

ASSINEM Os mistérios do Povo

Valério, Lopes & Ferreira, L.º
FERRAGENS E FERRAMENTAS
Metais, cutelarias, talheres,
louça esmaltada, parafusos, fun-
dos para cadeiras,
— guarnições para móveis —
Chapa ferro preta e zincada
Chapa de zinco, latão e cobre, antimónio, balanças, pesos e medidas,
cravo para ferrador, serras circulares e de fita, etc.
24, R. DO AMARCO



Conferência Nacional dos Organismos Sindicais da Construção Civil

(Trabalhos a apresentar pela Comissão Organizadora)

A Federação Nacional da Construção Civil, aproveitando a realização em Santa-rem do Congresso Confederal, convocou para a mesma cidade a Conferência Nacional dos Organismos Sindicais da Construção Civil, a qual efectuará as suas sessões nos dias 22 e 23 do corrente. Os trabalhos que a seguir publicamos, e que serão ali discutidos, habilitam-nos a afirmar que aquela magna reunião deve ser duma importância capital.

Presados camaradas—Analisando a atitude indolente em que a maioria dos sindicatos se têm mantido através do tempo que media da data do nosso último congresso ao presente momento, verificamos com má-gua que a falta de energia e tenacidade dos seus militantes tem contribuído lamentavelmente, senão para a derrocada da nossa organização pelo menos, e em grande parte, para que o operariado se tenha mostrado indiferente, ante uma situação que, a continuar sem que de algum modo nos dispunhamos a reagir contra os seus causadores, certamente ali mais se agravará conduzindo-nos a mais angustiosa e humilhante miséria. E' que importantes trabalhos foram presentes no congresso realizado na cidade de Tomar em Junho de 1924, os quais postos em prática em muito concorreriam não só para o levantamento moral da nossa organização, como também para que se conseguisse mais um pouco de bem estar para o operariado da construção civil.

Porém, o congresso realizou-se e os importantes trabalhos que lhe foram presentes e que se decidiram serem postos em prática, mau grado isso, os sindicatos nada fizeram que contribuisse para melhorar a situação moral e económica daquela que o operariado está atravessando. O momento que passa é deveras melindroso para a classe operária. E se no mais curto espaço de tempo ela não diligenciar obter novamente uma organização que numérica e conscientemente se imponha ao respeito da burguesia, as poucas regalias que restam desaparecerão num dado momento e a vida moral, social e económica dos trabalhadores mais se agravará, conduzindo-os às duras condições de escravos.

E tanto assim é, quanto é certo observarmos as fúrias e violências que o proletariado tem vindo sofrendo, ante o mais repugnante e inexplicável indiferentismo. A crise de trabalho com as suas angustiosas consequências, a falta de habitação e de higiene, a pretensão do patronato no cerceamento da regalia do dia de trabalho normal de 8 horas, constituem motivos bem fortes para que a classe operária e os seus sindicatos enveredem por caminho diferente da quele que têm seguido nos últimos tempos. E é assim que a federação tendo verificado a absoluta necessidade dos sindicatos realizarem tudo aquilo que até agora deveriam ter feito, resolveu aproveitar a realização do Congresso Confederal e, conseqüentemente, a vinda de delegados dos organismos da construção civil a esta cidade de Santarém, para efectuar a conferência que ora se verifica, a fim de, por uma maneira mais directa, poder assentar definitivamente na acção que cada sindicato deverá desenvolver para a preparação dum movimento nacional de industria no sentido de marcar perante a burguesia a vontade suprema de ver atendidas as nossas justas e humanas reclamações. E', pois, neste sentido que a comissão organizadora vem submeter à apreciação da conferência 4 documentos, cuja matéria julga suficiente para indicar o caminho que devemos seguir. Porém, a comissão entende que a sua apreciação deve ser rápida, clara, precisa, pois que nos falta o tempo para discussões longas e inúteis que em nada viriam contribuir para a solução dos assuntos que versa cada uma das moções que seguidamente vos vão ser presentes.

Sobre a crise de trabalho

Considerando: que o operariado da Construção Civil não pode nem deve, sob que pretexto for, consentir por mais tempo a situação de miséria que vem atravessando, originada na crise de trabalho que devido ao egoísmo do patronato e incúria do Estado, se tem vindo agravando dia a dia; que nada há que justifique a existência da crise de trabalho entre nós, posto que é bem notória a falta de habitação em todo o país, especialmente para as classes populares; que por tal motivo se verifica estarem vivendo em inúmeras habitações, duais e mais famílias, quando é certo que a capacidade da maioria dessas casas não comporta mais do que uma só família; que tal processo de habitar é, na maioria dos casos, verdadeiramente imoral, e provoca a falta de higiene, determinada pela ausência de limpeza, que em situações tais se não consegue realizar convenientemente; que tais factos concorrem de uma maneira efectiva para a falta de saúde dos seus habitantes e simultaneamente daqueles que residem mais próximos dessas moradias; que segundo o exposto nos anteriores considerandos desta moção, não faz sentido que continuem paralisadas as obras dos Bairros Sociais de Lisboa, Porto e Covilhã e bem assim a dos prédios de construção iniciada em todo o país, especialmente em Lisboa onde existem 179; que as Câmaras Municipais lhes cumpre intimar os proprietários dos prédios que se encontram construídos anti-higienicamente e cheios de imundície a procederem imediatamente às necessárias obras de reparação, reconstrução, beneficiação, limpeza, etc., das suas propriedades; que adoptadas estas medidas não só se resolveria a crise de trabalho na industria da Construção Civil, como se concorreria para a conservação da saúde de toda a população do país;

A conferência resolve:

- 1.º Exigir das Câmaras Municipais que, quanto antes, mandem vistoriar os prédios que se encontram em ruínas, cheios de imundícies, etc., e intimem os seus proprietários a proceder às devidas reconstruções, beneficiação e limpeza em conformidade com os decretos de 24 de Dezembro

de 1901 e 14 de Fevereiro de 1903, sobre salubridade pública, higiene urbana, e as próprias posturas municipais.

2.º Que se reclame dos governadores civis o integral cumprimento dos regulamentos que reforçam os supracitados decretos, tais como os de beneficência e saúde, de delegados e sub-delegados de saúde, sanidade e edificações urbanas, visto que aquelas entidades são pelos referidos regulamentos obrigadas a mandar proceder às reparações e limpezas exteriores e interiores, inclusive a demolições de propriedades que julguem condenadas ou que representem perigo para a segurança dos seus habitantes.

3.º Que se reclame do governo a abertura imediata de trabalhos públicos em todos os pontos do país onde existe crise de trabalho.

4.º Que o governo e as câmaras municipais sejam obrigadas a atender no mais curto espaço de tempo as reclamações que por várias vezes lhe têm sido feitas pela Federação e bolsa de Trabalho, de harmonia com as conclusões da tese "Crise de trabalho e de habitação", aprovada no congresso da nossa industria, realizado em Tomar em Junho de 1924.

5.º Que no caso de o governo ou a câmara respectiva não tomar para si o encargo de em Lisboa concluir os 179 prédios cujas obras se encontram paralisadas, que se force o governo a facilitar essa missão aos fornecedores de materiais, os quais depois de terem recebido todos os seus créditos se comprometem a entregar aos seus antigos proprietários os aludidos prédios.

6.º Que a cada sindicato aderente à federação, fique a incumbência de nas suas localidades promover desde já uma intensa campanha de agitação entre o operariado no sentido de habilitar a federação a preparar no prazo máximo de 25 dias um bem orientado movimento de paralisação nacional do trabalho, destinado a vincular bem claramente, o nosso mais veemente protesto contra a atitude do governo, que parece estar no firme propósito de não atender à situação miserável em que o proletariado da construção civil de todo o país se encontra presentemente.

Sobre o horário de trabalho

Considerando: que o dia normal de 8 horas de labor é sem dúvida uma das mais caras regalias do operariado mundial; que quanto a nós, essa regalia constitui já hoje lei fundamental do país, ultimamente reforçada pelo regulamento 10.782, o qual determina que o período máximo de trabalho não poderá ultrapassar oito horas por dia, nem quarenta e oito horas por semana; que o "patronato" se tem abertamente declarado disposto a não acatar a lei, valendo-se para isso do indiferentismo e do proteccionismo das autoridades a quem está cometido o dever de fiscalizar; e fazer cumprir todas as leis vigentes no país; que o patronato se tem valido da inconsciência de vários operários para os forçar a trabalhar além do horário em vigor; que tal facto constitui uma verdadeira afronta ao operariado consciente e como tal se deve repelir, não consentindo custe o que custar na transgressão nem no cerceamento de tão sagrada regalia; que admitindo-se mesmo tal egoístico critério patronal, nem por isso se verifica o motivo que de algum modo justifique o facto de se pretender que o operariado trabalhe mais de 8 horas por dia, visto que se está lutando com uma enorme crise de trabalho em todo o país.

A conferência, reconhecendo em tal pretensão um ignóbil absurdo, e que além do mais, não é justo nem humano que enquanto alguns inconscientes operários se curvam à imposição do patronato sujeitando-se a trabalhar mais do que o horário estabelecido presentemente a maioria não tem onde empregar a sua actividade profissional, resolve:

- 1.º Que no intuito de se contribuir para a solução da crise de trabalho que ora se verifica, e combater a estúpida ambição do patronato, se promova desde já uma intensa campanha de agitação entre todo o operariado da industria no sentido de se estabelecer entre nós o dia de trabalho normal de 6 horas.
- 2.º Que independentemente da aprovação desta moção, e até que a sua matéria se converta em facto, aos Sindicatos fique a incumbência de procederem à nomeação dos seus delegados para que de harmonia com o regulamento 10.782 se fiscalize e se faça respeitar o período máximo de 8 horas de trabalho.

Sobre a estabilidade de "O Construtor"

Considerando: que estando a burguesia mais do que nunca está disposta a cercear-nos as poucas regalias que até hoje e através de muitos sacrificios temos sabido conquistar, não pode nem deve o operariado da Construção Civil deixar de prestar o seu concurso para que o nosso órgão **O Construtor** possa manter uma vida desaloçada, de maneira que a sua publicação mensal deixe de estar sujeito a continuas interrupções que profundamente nos vêm prejudicar;

que é ainda o nosso órgão corporativo que nas províncias do Norte e Sul pode manter bem vivo o espirito revolucionário do operariado da industria e, conseqüentemente, a vitalidade dos res; e tivos organismos sindicais, posto que em ilizimção do nosso órgão na imprensa **A Batalha** não é lido por todo o operariado em virtude de não chegar ainda a todos os recantos do país;

que com a publicação normal de **O Construtor** a Federação consegue manter entre o operariado uma mais activa propaganda, aliás tão necessária no momento grave que atravessamos para o levantamento da nossa organização;

- 1.º que a propaganda feita pelo livro e pelo jornal é bem mais eficaz e menos dispendiosa, pois é mais facilmente concebida pelos trabalhadores, posto que a propaganda oral apenas lhes é feita de quando em vez e na maioria dos casos mal compreendida;
- 2.º que nos é indispensável manter através de tudo o nosso órgão corporativo, não só

Congressos Operários

Federação da Construção Civil

Reuniu-se anteontem o Conselho Federal, tendo sido apreciados vários officios, entre os quais officios dos sindicatos de Cascais e Almada pedindo delegados para assistirem a sessões para o efeito de nomeação de delegados ao Congresso Confederal, sendo resolvido satisfazer os referidos pedidos.

Foi apreciado um officio do Sindicato de Horta, Açores, delegando nesta Federação o encargo de o representar no Congresso, tendo sido nomeado para o efeito Carlos Maria Coelho.

O Conselho resolveu que as Secções Federais de Propaganda do Norte e Sul enviem delegados para assistirem à conferência dos Sindicatos da C. Civil.

A comissão nomeada para apresentar um parecer sobre as teses a discutir no próximo Congresso Confederal, deu conta dos seus trabalhos, tendo sido aprovado o parecer com as emendas, alterações e amplificações que a comissão julgou necessários fazer-se nas conclusões de algumas teses.

Foram presentes os trabalhos elaborados pela comissão organizadora da conferência dos Sindicatos da C. Civil a realizar em Santarém no dia 22 do corrente, e por ultimo foram tratados vários assuntos de carácter interno.

Sindicato dos Descarregadores de Mar e Terra da Vala do Carregado

Reuniu-se em assembleia geral tendo aprovado uma moção referente à efectivação de uma conferência marítima, nomeando delegados José Pereira, António Júlio e Francisco Dias.

Sindicato dos Descarregadores de Mar e Terra de Almada

Reunidos em assembleia geral votaram uma moção sobre a conferência marítima que deve realizar-se em Santarém, nomeando delegado António Fernandes.

Federação da Construção Civil

A comissão organizadora da conferência dos Sindicatos da C. Civil que se realiza nas vésperas do Congresso Confederal, previne os delegados dos Sindicatos do Norte, que devem sair das suas localidades de forma a estarem em Santarém no comboio que ali chega pelas 14 e 47 minutos de tarde feia; e os delegados do Sul devem ali chegar no mesmo dia no comboio das 12 e 3 minutos.

Um dos membros da comissão organizadora aguardará os delegados na gare.

Gaderneta Confederal achada

Na redacção deste jornal encontra-se uma caderneta confederal, achada na Moita, no dia 6 do corrente, pertencente a José Inácio, da secção dos pintores do S. U. C. Civil, contendo várias cotas e cartões de visita, que será entregue quando reclamada.

SOLIDARIEDADE

Pró-Francisco Braga

Realiza-se no próximo sábado, 26 do corrente, no Salão-Teatro da Construção Civil, um espectáculo em auxílio do operário metalúrgico Francisco Braga, preso na esquadra do Caminho Novo há perto de quatro meses.

Do programa constam a representação dum entre-acto dramático, uma comédia, variedades e números de burlesquismo por um apreciado artista que ultimamente tem alcançado os mais justicáveis aplausos.

Pró-Alfredo Pereira Vaz

A comissão da festa a favor de Alfredo Pereira Vaz e da ida ao Congresso Confederal dum delegado dos operários municipais, pede a quem tenha contatos a liquidar o favor de o fazer até sábado às 21 horas.



para que num mais curto espaço de tempo possamos conseguir um maior número de consciências, como também de uma maneira mais efectiva, possamos tratar de importantes questões que por vezes agitam a nossa industria;

finalmente que a Federação lhe continua sendo absolutamente impossível fornecer gratuitamente o jornal aos seus federados.

A conferência, reconhecendo a veracidade da matéria contida nesta moção, resolve:

- 1.º Que a partir da presente data, o selo cota passe a ser cobrado a todos os federados com um acréscimo de dez centavos na última semana de cada mês, importância que se destinará a auxiliar a publicação de "O Construtor".
- 2.º Que aos sindicatos fique a incumbência de, seguidamente à efectivação da cobrança, enviarem à comissão administrativa do jornal, a respectiva importância, juntamente com as suas requisições, indicando o número de jornais que necessitam para os seus associados.
- 3.º Que embora a título provisório se mantenha inalterável a obrigatoriedade do cumprimento das disposições desta moção até ao futuro congresso da industria a realizar em Junho de 1926.—A Comissão Organizadora

HORARIO DE TRABALHO

O desrespeito ao horário no concelho de Almada

COVA DA PIEDADE, 14. —E' revoltante a forma porque, na fábrica de moagem do Caramujo, pertencente à Sociedade I. Aliança, se está traindo o horário de trabalho, pois os operários são forçados a trabalhar 10 e 12 horas por dia, sendo-lhes pagas as horas suplementares apenas com o acréscimo de 50 %.

Tudo isto se passa porque os aludidos operários não se preocupam com os seus deveres de solidariedade para com o restante operariado e com o seu sindicato, pois há bastantes trabalhadores desocupados que muito bem poderiam beneficiar com esse excesso de trabalho que é dado nas horas extraordinárias, pagas por forma contrária à estatuda na lei, com prejuizo dos que as fazem e dos sem-trabalho.

Também na fábrica Bucknall estão os descarregadores traindo o horário sem olharem à grande crise que a sua classe suporta. —E.

As disposições legais

A secção editorial de **A Batalha** acaba de editar, em folheto, o decreto 5.516, de 7 de Maio de 1919 e respectivo regulamento publicado no **Diário do Governo** de 20 de Maio sobre o horário de trabalho, sendo o seu preço avulso de \$50.

Aos sindicatos que desejem adquirir quantidade far-se-há um abatimento de 50 por cento em pacotes de 50 folhetos.

Pedidos à administração de **A BATALHA**.

CRISE DE TRABALHO E BAIXA DE SALÁRIOS

Corticeiros de Belem

Reuniram-se os operários corticeiros da área de Belém, tendo a classe paralisado o trabalho meio dia para esse fim, para ser apreciada a pretensão dos industriais de baixarem 20 % os salários.

A classe manifestou-se abertamente contra semelhante redução, levando a sua atitude até onde as circunstâncias o exijam, e dando todo o seu apoio à Federação Corticeira para a acção que entenda desenvolver.

Ficou marcada uma nova reunião para amanhã pelas 17 horas, para ser dado conhecimento das resoluções do conselho da Federação Corticeira.

A sair por estes dias a 8.ª SERIE DE OS MISTÉRIOS DO POVO
Interessante romance histórico profusamente ilustrado desde as primeiras idades do homem até à revolução Francesa.
Assinatura: pelo correio cada série de 10 tomos com cerca de 320 páginas 6\$00.
A obra mais barata que no género se publica

Pela Companhia União Fabril

Em todas as oficinas se estão despedindo operários, "por falta de verba" e entretanto o pessoal continua trabalhando horas suplementares

Na fábrica "Aliança" da Companhia União Fabril estão sendo despedidos todos os sábados operários de todas as oficinas.

Alega a gerência que a falta de verba a obriga a reduzir o pessoal.

Entretanto, nessas mesmas oficinas, cujo pessoal vem sendo reduzido, trabalha-se "normalmente" duas horas além do salário normal.

Também na fábrica das Fontainhas, há caldeiros e serralheiros que fazem serões até às 22 horas.

Ora se é a falta de verba que obriga a C. U. F. a reduzir o seu pessoal, porque motivo mantém todo o seu pessoal a fazer horas suplementares? Se o pessoal trabalhava apenas as oito horas diárias do regulamento, não se teria evitado que umas dezenas mais de operários viessem agora engrossar a falange dos sem trabalho?

A uma boa parte do pessoal cabem também neste pormenor graves responsabilidades.

Inúmeras vezes daqui lhes foram expostos os perigos que corriam sujeitando-se à vontade da gerência, traindo o horário de trabalho, que sempre representou uma garantia contra o excessivo aumento da crise de trabalho e de inadmissíveis baixas de salário.

Não quiz essa parte do pessoal atender as razões que lhe apontavam para defenderem com energia o cumprimento do horário de trabalho.

O seu egoísmo levou-os a aceitarem as horas suplementares para perceberem uns magros escudos mais, obrigando os que não concordavam com tal atitude a sujeitarem-se a ela a fim de não sofrerem perseguições.

E agora aí têm o resultado desse egoísmo pouco inteligente.

Se tivessem, como deviam, exigido a observância do que a lei estabelece sobre horário de trabalho, e que constitui uma antiga e justa reivindicação das classes operárias de todos os países, não estariam sujeitos, pelo menos tão depressa, a serem ameaçados o seu pão e de suas famílias.

Finalmente a empresa veio a aproveitar esse gesto inconsciente do pessoal, a quem cumpria impor o respeito pelas regalias que a própria lei reconhece, porque representam conquistas, cimentadas com muito sangue.

A cura das doenças pelas Plantas

3.ª edição—Preço 2\$00, pelo correio 2\$50
Pedidos à administração de **A BATALHA**

MOVIMENTO OPERARIO INTERNACIONAL

A Federação Americana do Trabalho favorecendo o pan-americanismo

Os **leaders** da Federação Americana do Trabalho, como bons servidores do capitalismo americano, estão empenhados também em auxiliar o pan-americanismo, organizando os trabalhadores das diversas nações latino-americanas numa confederação, com o fim de afastá-las das ideias revolucionárias.

Em vez de se esforçar por destruir a barreira que separa os trabalhadores norte-americanos dos europeus, a F. A. T., onde tantos anos pontificou o laço da burguesia Samuel Gompers, procura agora fazer esquecer o lema internacionalista de que "sem distinção de raça e de nacionalidade temos de lutar pela própria emancipação."

Houve um tempo em que a F. A. T., lutou corajosamente contra a burguesia, orientando-se por esses princípios: foi quando lá exercera a sua acção benéfica os anarquistas vitimados em 1887 na penitenciária de Chicago.

Matando à fome os indígenas de Alaska

Dan Sutherland, delegado ao Congresso por Alaska, tem feito várias **démarches** em Washington para obrigar Herbert Hoover, secretário do comércio, a acabar com o seu bloqueio de morte nas costas daquela provincia.

Hoover tem favorecido várias companhias de pesca, autorizando a que se fechassem ao longo da costa, onde os índios vivem, 27 baías, a fim de afastar o peixe para o mar largo, onde só eles podem pescar.

Como resultado desta medida os índios, que viviam da pesca, estão morrendo à fome, enquanto Hoover em conferências públicas diz que "salvou a industria da pesca de Alaska".

E é este o humanitarismo dos tais industriais norte-americanos, que tanto "amor" dedicam à classe trabalhadora.

Explorando o trabalho de menores

Em vista dos protestos da opinião pública, o secretário do trabalho de Harrisburg ameaçou com a prisão os indivíduos, que contratam anualmente 3.000 crianças das escolas do estado de Pennsylvania para irem trabalhar nos campos de Nova Jersey. Por cada uma ganham os empregadores um dólar, e ainda recebem um prémio de 500 dólares dos proprietários dos campos.

Investigações feitas recentemente pelas autoridades de Jersey e Pennsylvania provam que as crianças são obrigadas a trabalhar 10 a 13 horas por dia, são mal pagas, mal alojadas e alimentadas.

Uma greve surdosa

Os "pais" da cidade de Alton, Illinois, isto é: os conselheiros municipais declararam-se em greve, e o governador mandou-os prender, por se negarem a assistir às sessões da Câmara Municipal.

Parece que o motivo da greve foi o governador "ter nomeado chefe da policia o padre E. N. Maberry. Este é um defensor acérrimo da "lei seca", ao passo que os "pais da cidade" são de opinião, que devem ser tratados com uma certa benevolência os "molhados".

A condenação de Tom Connors pela justiça da Califórnia

Um novo crime semelhante ao de que foi vítima Tom Mooney, foi cometido contra o operário Tom Connors pela justiça da Califórnia, que continua sendo uma mancha vergonhosa perante os olhos de todo o mundo civilizado.

Profundamente indignado com mais este crime, Eugénio Debs, o velho e excepcionalmente respeitável membro do partido socialista, dirigiu-se ao proletariado da Califórnia, escreveu o seguinte:

"Despertará alguma vez o povo da costa do Pacifico, e atentará na degradação que sobre ele lançaram os seus mais servidores públicos, e levantar-se há com todo o seu poder, acoutando-os, e correndo-os dos lugares que têm degradado com ferroadas de escorpiões?"

Os rendimentos dos operários em Nova York

No estado de Nova York foram vítimas de desastres, durante o mês de Junho último 171 operários. Só na cidade de Nova York morreram 102.

As mortes foram devidas a diversas causas.

Quatro morreram por trabalhar com substâncias venenosas, outros por serem apanhados por máquinas, etc.

Mas, o maior número de vítimas pertenciam à construção civil.

Um protesto das classes marítimas no Canadá

Em todos os países, os indivíduos contratados para bordo de qualquer vapor, são desembarcados no porto onde o vapor os recebeu, porém o governo canadiano, desejando também pôr em prática a actual politica de redução de despesas—que atinge os que já estão reduzidos de tudo—quere pôr de parte esta cláusula nos seus contratos.

Já muitos marítimos sofreram esta experiência, tendo embarcado no Pacifico, e desembarcado nas costas do Atlântico, a milhares de léguas das suas casas, gastando mais de cem dólares nas passagens.

O governo impede os militantes dos marítimos de exercerem qualquer acção junto destes a bordo dos vapores, e aqueles que protestam são colocados na "lista negra."

Francês sem mestre

por GONÇALVES PEREIRA
1 volume de 400 páginas 1\$80

Pelo correio 16\$50.

Pedidos à administração de **A BATALHA**

Vida Sindical

C. G. T.

Conselho Confederal

Reúne-se hoje, às 20 horas, com a ordem de trabalhos anunciada ontem

Câmara Sindical do Trabalho

DE LISBOA

Conselho Geral

Reúne-se amanhã, pelas 21 horas, com a seguinte ordem de trabalhos: Nomeação de delegado à C. G. T. Apreciação dos trabalhos a discutir no Congresso Confederal.

COMUNICAÇÕES

Encadernadores e Anexos.—Reuniu-se a assembleia geral que aprovou as teses a discutir no Congresso Federal e que se intitulam: Sindicato da Industria Gráfica, Ampliação das regalias conquistadas e Estabilidade do órgão federal.

A sessão foi suspensa para prosseguir hoje, às 21 horas.

Sindicato da Construção Civil.—Reuniu-se a assembleia geral, tendo antes da ordem dos trabalhos sido expostos, por um delegado do Sindicato, as "démarches" junto da comissão administrativa das obras do Bairro Económico de Ajuda e ministro do Comércio para a readmissão dos operários que foram despedidos.

Entrando-se na ordem dos trabalhos, foi pela comissão que entrevistou o fiscal Pina, da câmara que tem a seu cargo a fiscalização na área de Belém, dadas contas do seu mandato sobre algumas construções e reparações que estavam fora da regra profissional e estética da cidade. Depois de alguns sindicados terem feito uso da palavra, foi aprovado o relatório da referida comissão. Foi resolvido chamar a atenção do Sindicato no sentido de junto dos camaradas Arsenalistas do Exército, evitar que um reformado deste estabelecimento do Estado tenha a seu cargo por empreitada alguns trabalhos da industria, com manifesto prejuizo dos verdadeiros profissionais.

Manipuladores de Pão.—Reuniu a assembleia geral resolvendo estabelecer a pensão de 10\$00 diários à viúva do deportado Manuel Duarte Pereira, enviar um delegado ao Congresso e cobrar uma cota suplementar de um escudo aos associados, revertendo o produto desta colização a favor das famílias dos presos.

CONVOCAÇÕES

REUNEM HOJE:

Manufactureiros de Calçado.—A assembleia geral às 21 horas.

Manipuladores de Pão.—A's 13 horas as comissões administrativas, de melhoramentos e revisora de contas.

União Têxtil.—A direcção, pelas 18 horas, com o delegado à conferência têxtil e Congresso Confederal.

Empregados Menores do Comércio e Industria.—A direcção juntamente com o delegado ao Congresso Confederal.

Compositores tipográficos.—Pelas 18 horas a assembleia geral para prosseguimento da apreciação das teses ao Congresso Confederal.

Federação do Livro e do Jornal.—O delegado da direcção dos Vendedores de Jornais, às 18,30 horas, deve comparecer na sede deste organismo.

Federação Metalúrgica.—A's 20 horas o conselho federal para continuação dos trabalhos da sessão do dia 8.

S. U. da Construção Civil.—A assembleia geral, pelas 20 horas, para apreciar o parecer encarregado de estudar as teses a discutir no próximo congresso confederal.

Impressores Tipográficos.—Para prosseguirem na apreciação das teses do Congresso Confederal, reúnem-se hoje, às 20 horas.

DIAS PRÓXIMOS:

Sindicato Metalúrgico.—Reúne-se amanhã, às 20,30 horas, a assembleia geral para apreciação das teses a apresentar ao Congresso Confederal.

JOVENTUDES SINDICALISTAS

Federação.—Reúne-se hoje, pelas 21 horas, o comité federal.

Núcleo de Lisboa.—Secretariado Central.—Reuniu-se ontem, tomando várias resoluções, entre as quais a de enviar uma circular a todos os filiados efectivos e auxiliares sobre a situação do Núcleo.

Secção Metalúrgica.—E' necessária a comparência hoje, na sede central do Nucleo, das 20 às 22 horas, do 1.º secretário demissionário, da comissão executiva desta Secção.

Comissão de Educação e Propaganda.—Chama-se, de harmonia com as resoluções tomadas na 1.ª Conferência Juvenil de Lisboa, a atenção dos filiados neste Nucleo para as escolas industriais e profissionais, cujo prazo de matrícula está decorrendo.

Aulas de Educação Mútua.—Conforme tem sido anunciado, inicia-se hoje, pelas 20,30 horas, a abertura da Aula de Educação Mútua da Secção de Santos (Metalúrgica). A abertura da Aula de Educação Mútua da Secção Central será anunciada oportunamente.

Secção de Belém.—E' necessária a comparência hoje, na sede central do Nucleo, pelas 20 horas em ponto, do secretário de Educação e Propaganda desta Secção.

Secretariado Central.—E' necessária a comparência hoje, pelas 20 horas em ponto, do secretário de Propaganda interno de Secretariado Central (secretário bibliotecário).

RENDIMENTOS DOS OPERARIOS

Na enfermaria n.º 2 do Hospital do Deserto deu entrada José Pedro Vaz, de 47 anos, ajudante de caldeireiro dos Caminhos de Ferro do Estado, natural e residente no Lavradio e que, no Barreiro, foi colhido por um ferro, ficando muito contuso pelo corpo.

"A BATALHA" No Funchal vende-se no Bureau de La Presse.